

**Governo baixa MP com medidas para elevar a arrecadação****EM BUSCA DO DÉFICIT ZERO EM 2024****NOVAS MEDIDAS PARA ELEVAR ARRECADAÇÃO****MP atinge créditos tributários, setor de eventos e desoneração da folha**

RENAN MONTEIRO, GERALDA DOCA, JULIANA CAUSIN E VINICIUS NEDER

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem três medidas para tentar aumentar a arrecadação no ano que vem e viabilizar a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024. A limitação do uso de créditos tributários decorrentes de decisões judiciais, a retomada da cobrança de impostos sobre o setor de eventos e a reatuação gradual da folha de pagamento serão incluídas em uma mesma medida provisória (MP), que deverá ser publicada ainda neste ano, segundo o ministro.

Posteriormente, o texto será submetido ao Congresso. As MPs têm efeito imediato, mas com validade máxima de quatro meses, e só passarão a valer definitivamente após a aprovação pelo Legislativo. Essa aprovação, contudo, deverá sofrer resistência, disseram parlamentares ontem, por causa da reatuação da folha de salários, que vai contra a decisão de deputados e senadores. O Congresso aprovou lei para manter a desoneração de 17 setores intensivos em mão de obra até 2027 e, em dezembro, derrubou o veto do presidente Lula a essa prorrogação (leia mais na página 16).

**AUMENTO ESCALONADO**

Haddad afirmou que a ideia é que a reatuação seja feita aos poucos, com alíquotas diferenciadas por setor a partir de 2024. A desoneração permite que 17 setores paguem a contribuição previdenciária com alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Entre os segmentos estão têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, tecnologia e transportes.

— É uma reatuação gradu-

al e não necessariamente volta para 20%, em alguns casos fica abaixo — disse Haddad.

A Fazenda definiu dois grupos de atividades. O primeiro terá alíquota de 10% sobre a parcela da folha equivalente a um salário mínimo por empregado e 20% sobre o restante. O segundo terá 15% sobre os salários mínimos e 20% sobre o restante.

— Quem ganha R\$ 2 mil, por exemplo: R\$ 1.320 terá alíquota de 10% e R\$ 680, de 20% — explicou o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

A MP prevê ainda um aumento escalonado na alíquota sobre a faixa correspondente ao salário mínimo a partir do ano que vem até 2027. Segundo minuta do texto obtida pelo GLOBO, o

percentual sairá de 10% e 15% (a depender da atividade exercida) em 2024, subindo para 17,05% e 18,7% daqui a três anos. A partir de então, todos voltariam a pagar 20%.

Representantes dos setores beneficiados pela desoneração da folha criticaram o anúncio. Segundo uma carta divulgada por entidades empresariais, a política tem se mostrado "extremamente benéfica": "A desoneração da folha promove um círculo virtuoso: mais empregos formais, maior competitividade das empresas, maior arrecadação total, maior dinamismo da economia, mais rendimentos para os trabalhadores, maior inclusão social."

A carta também critica a decisão de fazer mudanças por meio de MP. "A MP traz inse-

gurança jurídica para as empresas e para os trabalhadores já no primeiro dia de 2024", diz o texto, acrescentando que "eventuais propostas alternativas sobre a tributação da folha" deveriam ser encaminhadas por meio de projeto de lei "ou discutidas, como está previsto, na próxima etapa da Reforma Tributária".

Para o sociólogo José Pastore, professor aposentado da USP e especialista em relações trabalhistas, a desoneração é um "remendo", e o ideal seria um sistema novo, que tributasse menos o trabalho, mas a mudança repentina poderá ter efeitos "nefastos".

— Muitas empresas terão um aumento abrupto do custo da folha. Vão procurar traçar estratégias de sobrevivência. Algumas talvez tenham que

demitir, outras, diminuir a produção, outras, passar o aumento aos preços finais.

O impacto do texto da desoneração aprovado no Congresso foi estimado pela Fazenda em R\$ 25 bilhões.

Do ponto de vista do equilíbrio das contas públicas, as medidas anunciadas tendem a ter efeitos positivos, segundo análises feitas ontem por economistas do mercado financeiro. Nada, porém, que diminua substancialmente a incerteza em torno da viabilidade de zerar o rombo fiscal. A economista Juliana Inhasz, professora do Insper, criticou o fato de que as propostas reforçam o foco da Fazenda no aumento da receita em vez do corte de gastos.

Das três medidas, a que tenderá a ter o maior efeito no au-

mento da arrecadação é a limitação do valor anual que as empresas podem abater de impostos com base em decisões judiciais que garantem a devolução de valores pagos a mais para a Receita. As devoluções se transformam em créditos, que as firmas usam para abater dos tributos devidos no ano corrente. Os abatimentos derribam a arrecadação.

Segundo Haddad, só em 2023 essas compensações tiveram impacto negativo acima de R\$ 60 bilhões na arrecadação. Barreirinhas estimou um impacto positivo na receita do governo próximo de R\$ 20 bilhões para o ano que vem, já considerando que a medida valerá apenas para empresas maiores, com créditos acima de R\$ 10 milhões.

A limitação valerá sobre créditos tributários provenientes de qualquer decisão judicial, mas a Receita estima que 90% das compensações são decorrentes da exclusão do ICMS (tributo estadual) da base de cálculo do PIS e da Cofins (tributos federais), a chamada "tese do século" — interpretação avalizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas decisões, de 2017 e 2021.

**'CALOTE DO CALOTE'**

Para o tributarista Pedro Siqueira, sócio do Bichara Advogados, a proposta poderá provocar "brigas" no Judiciário.

— As decisões que declararam a inconstitucionalidade (da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições federais) reconhecem que o governo recebeu algo que não deveria. Quando o governo limita a devolução, é calote do calote.

A terceira medida anunciada foi a extinção gradual do Perse, programa de incentivos ao setor de eventos criado na pandemia. O Perse oferece redução tributária para as empresas do setor, no ano passado, foi renovado até 2026. O impacto para as contas públicas, segundo a Fazenda, é estimado em R\$ 20 bilhões no ano que vem, bem acima do previsto inicialmente. Com a retomada gradual da cobrança dos tributos, a Fazenda espera um ganho de receita na casa de R\$ 6 bilhões em 2024.

Representantes do setor questionaram os cálculos da Fazenda sobre a renúncia fiscal e alertaram para impactos negativos do fim do Perse. Segundo a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), as empresas se programaram para passar os próximos cinco anos com os benefícios. Sem eles, haverá mais endividamento, menos investimentos e demissões.



Objetivo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou as novas medidas econômicas para tentar cumprir a meta de déficit zero no ano que vem

Veículo: Impresso -&gt; Jornal -&gt; Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia